

IGUALDADE E DIFERENÇA NOS ESTUDOS CURRICULARES: DO POSITIVISMO AO MARXISMO

Wilcelene Pessoa dos Anjos Dourado Machado

wilpessoa.dm@hotmail.com

UFMS/PPGEdu

Resumo

Este texto, parte de pesquisa em andamento, discute noções de igualdade e diferença, nos diferentes tratamentos apresentados pelos estudos curriculares. A hipótese é que as proposições dos estudos curriculares tradicional e críticos apontam uma espécie de diálogo com o positivismo e o marxismo nas discussões sobre igualdade e diferença. O objetivo do estudo é identificar tais proposições nos estudos curriculares, analisando essas interpretações pelos diálogos propostos em alguns representantes destes estudos. O desenho metodológico funda-se em perspectiva bibliográfica, para a qual o levantamento, seleção e análise elegeram artigos de periódicos, capítulos de livros, livros, que procederam investigações sobre: igualdade, diferença, positivismo, marxismo e estudos curriculares.

Palavras-chave: Igualdade, Diferença, Estudos Curriculares.

Notas introdutórias

Este texto, parte de pesquisa em andamento, discute noções de igualdade e diferença, identificando as proposições de interpretação destes dois conceitos/noções/ideias no desenho dos estudos curriculares, analisando essas interpretações pelos diálogos propostos em alguns representantes destes estudos. Partimos da hipótese que as proposições dos estudos curriculares tradicional e críticos apontam para uma espécie de diálogo com o positivismo e o marxismo nas discussões sobre a igualdade e a diferença.

O desenho metodológico está fundado em perspectiva bibliográfica, a partir do levantamento, seleção e análise de artigos de periódicos, capítulos de livros e livros, cujos autores realizaram investigações sobre as temáticas: igualdade, diferença, positivismo, marxismo e estudos curriculares.

Tal desenho, de acordo com Cellard (2008) possibilita,

[...] realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295).

Assim nos debruçamos sobre fontes que nos forneceram elementos para análise sobre o objeto em questão, visando alargar reflexões sobre perspectivas teóricas distintas, em um mesmo objeto de investigação.

Igualdade e Diferença são noções que se apresentam em evidência desde final do século XX e início do XXI em diversos âmbitos sociais, inclusive no campo educacional. Conforme Barros (2016) é bem verdade que há tempos essas noções, tanto quanto a desigualdade, são construídas historicamente, apresentando nuances a depender do contexto em que são constituídas.

Em geral, a diferença se coloca no âmbito do ser, enquanto a desigualdade pertence inteiramente ao mundo da circunstância (BARROS, 2016). Ou seja, ao considerarmos uma quantidade de indivíduos, a diferença se opõe a igualdade em aspectos na ordem das essências: aspecto sexual, profissional, étnico, (homem/mulher; branco/negro/índio); já a oposição entre igualdade e desigualdade se apresenta na ordem da circunstância, é possível haver desigualdade entre homens e mulheres em uma mesma profissão, bem como entre homens de mesma idade, sexo.

A desigualdade guarda relação com a diferença, mas não depende desta para se estabelecer, é construída socialmente com características delineadas pela sociedade. Nesse sentido, ao nos remetermos à modernidade capitalista, a riqueza abrange a propriedade, e assim é possível pensar em um dos critérios a partir do qual a desigualdade social é destacada. Atualmente a sociedade democrática busca a igualdade de direitos e a luta pelo reconhecimento das diferenças, com isso, a diminuição das discriminações e exclusões sociais decorrentes da eleição de determinadas diferenças como desigualdades.

Consideramos que as diferentes visões de mundo elegem formas bastante específicas para fazer a leitura da realidade, cada qual com suas particularidades de análise que propiciam entendimento e compreensão diferenciada para um mesmo fenômeno social. A eleição do positivismo e do marxismo como parte do subsídio para as análises aqui propostas se dá pela hipótese destacada nesta investigação.

Nos limites deste texto, demarcamos dentro da área da educação, os estudos curriculares como subcampo específico de conhecimentos, abrangente e farto de proposições e análises pertinentes para compreensão da educação oferecida pelo poder público como garantia de direito fundamental e formação integral das pessoas que compõem a sociedade.

Os estudos curriculares têm o currículo e aspectos relacionados a ele como objetos de investigação:

A emergência do currículo como um campo de estudos está estreitamente ligada a processos tais como a formação de um corpo de especialistas sobre currículo, a formação de disciplina e departamentos universitários sobre currículo, a institucionalização de setores especializados sobre currículo na burocracia educacional do estado e o surgimento de revistas acadêmicas especializadas sobre currículo. (SILVA, 2009, p. 21).

Neste exercício, igualdade e diferença somadas aos estudos curriculares se configuram como objetos nesta proposta de estudo. Nos estudos curriculares, bem como no campo educativo de forma mais ampla, as pesquisas são fundamentadas por teorias diversas promovendo um campo fértil de discussões e análises dos objetos os mais distintos.

Do positivismo ao marxismo: igualdade e diferença como focos de análise

As perspectivas positivista e marxista apresentam concepções específicas quanto ao contexto social e as relações que o permeiam.

“Entre as leis naturais da sociedade que seria vã, utópico, ilusório – em uma palavra: *anticientífico* – querer ‘interromper’ ou transformar, Durkheim situa com destaque a *desigualdade social*.” (LOWY, 2000, p. 27, grifos do autor). Durkheim (1999) compara a sociedade a um ser vivo sendo, portanto, um sistema de órgãos diferentes, cada qual com uma função específica e particular, se há órgãos sociais em situações privilegiadas é porque esse fato é natural e inevitável.

Nesse sentido, a diferença foi destacada como existente entre os órgãos, mas não foi vista como um problema, pois a função de cada um é específica. Com a divisão social do trabalho a especialização ganha maior evidência, o que prevê a origem da solidariedade orgânica, na dependência de uns membros da sociedade com os outros, na união constituída por fortes laços. Muito embora, com a especialização, há uma diminuição da consciência coletiva e a afirmação da liberdade individual na interpretação dos imperativos sociais.

Se cada indivíduo tem uma função específica e diferenciada na sociedade, e essa condição é necessária para que haja um equilíbrio social, a igualdade entre os indivíduos não é uma noção relevante nessa perspectiva funcionalista.

um fato entre outros torna sensível esse estado da opinião; é o caráter cada vez mais especial que a educação adquire. Cada vez mais, julgamos necessário não submeter todas nossas crianças a uma cultura uniforme, como se devessem levar todas a mesma vida, mas formá-las de maneira diferente, tendo em vista as diferentes funções que serão chamadas a preencher. (DURKHEIM, 1999, p. 6).

Durkheim (1965) pontua a importância da educação como uma função essencialmente social, que assegure entre os cidadãos, suficiente comunidade de ideias e sentimentos, sem as quais uma sociedade não subsiste e, sendo assim não pode o Estado desobrigar-se dela.

Contudo, Durkheim (1999) chama atenção para que não haja uma distribuição uniforme da cultura, pois os indivíduos precisam ser formados de maneiras diferentes por terem que desempenhar funções diversas quando forem adultos. Dessa forma, a igualdade que hoje almejamos na escolarização, tanto no acesso à escola quanto na distribuição dos conhecimentos realizada por ela a fim de proporcionar uma formação mais crítica e que possa empoderar os indivíduos, não faz parte do ideário positivista.

Durkheim (1999) aponta como necessária a divisão do trabalho para a construção e manutenção da solidariedade social. A diferença marcada pela divisão do trabalho é vista de forma positiva, pois cada um tem uma função a desempenhar e as diferenças se complementam para o funcionamento do todo, do organismo social. A diferença existente na sociedade com as diferentes profissões e funções é necessária e saudável. Nos preceitos positivistas é natural, e aceitável a ordem que a sociedade apresenta e, portanto, não há necessidade de transformação.

A divisão do trabalho foi elemento constitutivo do contexto sócio-histórico vivido por Durkheim e Marx, e se constituiu em objeto de estudo para as investigações sobre/da sociedade. Ambos se ocuparam dos efeitos deste fenômeno social, cada qual com suas análises.

[...] uma sociedade na qual os “meios de trabalho são patrimônio comum e todo o trabalho é regulado coletivamente”, enquanto que no primeiro parágrafo vemos que “todos os membros da sociedade têm Igual direito a perceber o fruto íntegro do trabalho”. “Todos os membros da sociedade”? Também os que não trabalham? Onde fica, então, o “fruto Integro do trabalho”? Ou só os membros da sociedade que trabalham? Onde deixarmos, então, o “direito igual” de todos os membros da sociedade? (MARX, 1982, p. 6, grifos do autor).

Marx (1982), ao fazer a crítica ao Programa de Gotha, problematizou a questão “da repartição equitativa do fruto do trabalho”, e questionou que o direito igual ao fruto do trabalho, em verdade significa “direito a desigualdade”, pois se o direito está relacionado ao trabalho e seu valor, as aptidões diferenciadas vão gerar trabalhos com valores diferenciados, o que inviabiliza a existência de repartição equitativa.

“Em vez da vaga frase final do parágrafo [Crítica ao Programa de Gotha]: ‘suprimir toda desigualdade social e política’, o que se deveria ter dito é que, com a abolição das diferenças de classe, desaparecem por si mesmas as desigualdades sociais e políticas que delas emanam.” (MARX, 1982, p. 13, grifos do autor). A diferença é marcada pela base econômica,

pelas duas classes antagônicas e pelas conseqüentes desigualdades decorrentes da forma como o modo de produção capitalista subsiste.

A diferença ganha destaque no materialismo-histórico, está presente em várias análises sobre o processo de produção do capital: diferença entre capital aplicado e capital consumido; entre valores de troca dos produtos; entre trabalhos úteis; ferramenta e máquina; circulação do dinheiro como capital e como dinheiro mesmo, entre outros aspectos inerentes às análises propostas por Marx (2013). Evidencia assim a desigualdade existente entre as condições de vida da classe burguesa e da classe operária, ou daqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem a força de trabalho.

Embora, a educação não tenha sido o alvo das investigações de Marx (1982), há em seus registros a importância deste fenômeno social para a constituição da sociedade.

Educação popular geral e igual a cargo do Estado. Assistência escolar obrigatória para todos. Instrução gratuita. Educação popular igual? Que se entende por Isto? Acredita-se que na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser igual para todas as classes? O que se exige é que também as classes altas sejam obrigadas pela força a conformar-se com a modesta educação dada pela escola pública, a única compatível com a situação econômica, não só do operário assalariado, mas também do camponês? (MARX, 1982, p. 16).

A igualdade destaca-se quando se aborda a questão da educação igual para a população, sob a responsabilidade do Estado. A todo momento são problematizadas propostas oriundas da sociedade capitalista vigente que geram desigualdade entre as classes burguesa e proletária. Gramsci (2010) expressou a mesma percepção acerca deste contexto:

Na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que esse novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas. (GRAMSCI, 2010, p. 122).

Gramsci (2010) ao observar como a escola estava sendo proposta, identificou a diferença presente, visto que as escolas de tipo profissional não visavam o aspecto formativo do cidadão para que pudesse refletir sobre sua condição e procurar mudar sua forma de agir no mundo. Desejava-se que as desigualdades sociais fossem mantidas com esse modelo de educação.

De uma forma ou de outra, a igualdade e a diferença estão presentes nas escritas positivistas e marxistas, ambas com significados particulares a cada perspectiva, o que revela os princípios de cada teoria na compreensão da sociedade e do mundo.

Igualdade e diferença nos estudos curriculares

Os estudos curriculares apresentam diversidade quanto aos objetos delineados para pesquisa, e neste texto igualdade e diferença se configuram como objetos de investigação. Estas noções estão cada vez mais presentes no campo educativo, com vistas a atender o chamado internacional de uma “escola para todos”, proposto a partir das reformas educativas dos anos de 1990, incorporando-se a legislação nacional no tocante a oferta da educação pelo poder público.

[há] sérias implicações subjacentes ao modelo burocrático aplicado à teoria curricular. A criança em idade escolar tornou-se algo a ser moldado e manipulado de modo que se encaixasse em seu papel social predeterminado. Os departamentos de orientação sondavam suas aptidões individuais para determinar quais de suas potencialidades eram dignas de ser exploradas. (KLIEBARD, 2011, p. 15).

Segundo os estudos curriculares tradicionais, a diferença existente entre os indivíduos seria irrelevante desde que fosse bem aplicado o currículo, baseado em objetivos bem definidos, visando alcançar a formação desses indivíduos para desempenho eficiente de seu papel na sociedade.

Essa perspectiva assemelha-se aos preceitos positivistas tendo em vista que o objetivo para manter a coesão e a solidariedade social é uma educação que contribua para que cada indivíduo aprenda como desempenhar bem sua função social, que compreenda a ordem das coisas como natural e não cogite transformação social, ou ainda não se torne anômico, se rebelando contra as regras estabelecidas.

A teoria moderna de currículo, atualmente influenciada pela análise de sistemas, tem a tendência de considerar a criança simplesmente como um insumo inserido em um dos extremos da grande máquina da qual ela posteriormente emergirá, no outro extremo, como exsumo, apresentando todos os comportamentos, as — competências e as habilidades para as quais foi programada. Mesmo quando o exsumo é diversificado, uma concepção tão mecanicista da educação contribui apenas para a uniformização e a desumanização do homem, e não para sua autonomia. (KLIEBARD, 2011, p. 19).

Os estudos curriculares, diante dessa perspectiva tradicional se ocupam em investigar e investir em estratégias de ensino, em organização curricular que vise promover uma educação pautada na formação de pessoas eficientes no desempenho de suas funções econômico-sociais.

A diferença aparece, nesse caso, como algo positivo, já que as pessoas desempenharão funções diversas e, portanto, a diferença existente entre elas é relevante, pois cada um com sua especificidade será capaz de desenvolver suas habilidades, e caso o currículo seja bem organizado, a aprendizagem se efetivará.

A diferença foi destacada de outra forma em estudo de Moreira (2002), o autor pontua que a sociedade contemporânea é multicultural e, sendo assim há aspectos relevantes que precisam ser considerados para a compreensão desse contexto. A cultura torna-se centro das questões sociais, a diversidade cultural é ampla e, portanto, é inevitável que se destaque a diferença nesse contexto.

[...] não há como analisar essas diferenças [culturais] sem levar em conta que determinadas 'minorias', identificadas por fatores relativos à classe social, gênero, etnia, sexualidade, religião, idade, linguagem, têm sido definidas, desvalorizadas e discriminadas por representarem 'o outro', 'o diferente', 'o inferior'. (MOREIRA, 2002, p. 18, grifos do autor).

Moreira (2002) evidencia que diferença cultural e poder estão intimamente ligados e, portanto, é pertinente considerar um multiculturalismo crítico para analisar as propostas e práticas curriculares, tendo em vista que essa perspectiva transcende a identificação das diferenças e o estímulo ao respeito, a tolerância e a convivência entre elas, e permite que sejam examinadas e questionadas, buscando desestabilizar as relações de poder existentes nas situações em que as diferenças coexistem.

Essa perspectiva de análise corrobora com o que Barros (2016) anuncia, já que reconhece que as diferenças são construídas socialmente a partir das diferentes culturas e da forma como as mesmas são consideradas, e que a depender das relações de poder que as permeia podem ser ampliadas ou amenizadas.

A diferença também é compreendida como constitutiva, intrínseca às práticas educativas e atualmente está cada vez mais presente na consciência dos educadores e educadoras e integra o núcleo fundamental de sua estruturação/desestruturação. (CANDAUI, 2011). Ao considerar a diferença na perspectiva da prática pedagógica, a autora destaca que correntes da psicologia enfatizam a diferença individual privilegiando-a, e no que tange à sociologia é a diferença de classe social e outros determinantes socioeconômicos que são analisados quanto aos seus impactos nos processos educativos nas escolas.

É possível compreender as diversas configurações que a diferença apresenta e ressaltar o empenho em destacar sua estreita relação com a desigualdade e discriminação, apontando para a necessidade de movimentos que possam questionar as condições postas na sociedade que marcam as diferenças.

As diferenças são então concebidas como realidades sociohistóricas, em processo contínuo de construção-desconstrução-construção, dinâmicas, que se configuram nas relações sociais e estão atravessadas por questões de poder. São constitutivas dos indivíduos e dos grupos sociais. Devem ser reconhecidas e valorizadas positivamente no que têm de marcas sempre dinâmicas de identidade, ao mesmo tempo em que combatidas as tendências a transformá-las em desigualdades, assim como a tornar os sujeitos a elas referidos objeto de preconceito e discriminação. (CANDAUI, 2011, p. 246).

A igualdade é retratada como a possibilidade de homogeneização, visto que a escola desde seu surgimento tem a função de contribuir com a construção dos estados nacionais, partindo da premissa de que todos são iguais perante a lei, portanto, objetivando criar um povo único, com uma língua única e uma nação culturalmente homogênea, sem prestar atenção ou valorizar as diferenças de origens dos cidadãos que compõem a nação.

Os estudos curriculares apresentam várias considerações acerca das noções de igualdade e diferença, a depender do objeto que é investigado e o referencial teórico utilizado, isso porque essas noções foram incorporadas/agregadas aos textos das agências internacionais no tocante a orientação das políticas educacionais dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Com vistas a atender a premissa de uma “educação para todos”, essas noções ganham especial relevo nos documentos oficiais na expectativa de promover um processo educativo institucionalizado mais justo e democrático.

Notas finais

Em que pese as análises apresentadas sobre igualdade e diferença nas perspectivas positivista, marxista e nos estudos curriculares, faz-se necessário a existência na sociedade democrática e capitalista atual, de um processo educativo que valorize a articulação entre o direito da igualdade e o direito da diferença, que possa romper ao menos com a continuidade das desigualdades educacionais.

Tanto o Positivismo como o Marxismo revelam formas específicas para o entendimento da diferença e da igualdade, o que também se evidencia nos autores aqui

apresentados, pois cada um retrata uma forma de compreensão sobre igualdade e diferença no campo dos estudos curriculares.

Isso leva ao entendimento que uma análise a partir de determinada corrente teórica pode ser completamente divergente de outra, e não significa que uma das duas represente a verdade absoluta. As teorias se revelam de forma diversa, algumas leituras conduzem à interpretação de que há uma polarização marcada nos estudos curriculares quanto às teorias utilizadas. Por vezes o entendimento é de oposição completa e desconsideração entre um referencial e outro.

Referências

BARROS, J. D'A. **Igualdade e diferença: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CANDAU, V. M. F. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, Jul/Dez 2011, pp.240-255.

CELLARD, A. A análise documental. In: Poupard, J. et al. **A Pesquisa Qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Tradução Lourenço Filho. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

_____. **Da divisão do trabalho social**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRAMSCI, A. Observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo. MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores)

KLIEBARD, H. M. Burocracia e teoria de currículo. **Currículo sem fronteiras**. v.11, n.2, pp.5-22, Jul/Dez 2011.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. Tradução Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Lewy. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas – em Três Tomos**. Tradução José Barata-Moura. Moscovo: Progresso Lisboa, 1982.

_____. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, Diferença Cultural e Diálogo. **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, n. 79, Agosto/2002, pp. 15-38.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.